

Adensando os equívocos

“If you can keep your head when all about you are losing theirs and blaming it on you”

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Nos próximos meses, o Ministro da Fazenda vai ter de trocar o seu poeta britânico preferido, T. S. Eliot, por Kipling e lembrar todos os dias os versos que sublinham a importância de “manter a calma mesmo quando todos à sua volta perderam a cabeça e o estão recriminando” (epígrafe). Os resultados da balança comercial de fevereiro foram insatisfatórios. O déficit acumulado em 12 meses é de mais de US\$ 7,6 bilhões e o déficit em conta corrente, de 3,5% do PIB. A situação é certamente preocupante.

À raiz desse resultado está o comportamento medíocre das exportações, que aumentaram apenas 0,5% em relação aos 12 meses anteriores, enquanto as importações cresceram 11,9%. Ainda em agosto do ano passado as exportações cresciam a 6% ao ano e as importações estavam estabilizadas. A importância da relação entre nível de atividade e comportamento das importações é clara, mesmo num quadro marcado por mudança estrutural na direção de maior participação das importações na oferta total. O problema mais grave, em qualquer caso, é o pífio desempenho exportador. Há evidências de que, setorialmente, a relação entre desempenho exportador e taxa de câmbio seja bem mais complexa do que sugerem os que clamam por um realinhamento cambial. Não parece haver correspondência estreita entre taxa de câmbio real por setor e desempenho exportador. Parte do mau desempenho exportador decorreria de limitações de capacidade produtiva em setores como o siderúrgico e o automotivo.

A manutenção da viabilidade de longo prazo do Plano Real e, antes de tudo, da credibilidade entre os investidores estrangeiros depende mais do que nunca de o governo voltar a dar prioridade ao ajuste fiscal. Medidas orientadas para controlar o déficit comercial poderiam incluir eventual freada de “arrumação” na demanda e, certamente, o uso disciplinado e coerente dos instrumentos de defesa comercial existentes, evitando-se as excentricidades que passaram a ser ultimamente de estilo. Mais importante é que o BNDES faça bem feito o seu dever de casa e estimule as exportações por meio de crédito em condições atrativas, superando as dificuldades que ocorreram no passado. No limite, poder-se-ia até pensar em algo semelhante ao “reintegro” fiscal utilizado na Argentina para compensar o ônus imposto às exportações de difícil desoneração. As propensões heterodoxas de segmentos do governo quanto à política comercial, difíceis de conter, seriam mais bem utilizadas se canalizadas para o estímulo às exportações, deixando de lado as importações.

As águas turvas da deterioração da balança comercial, entretanto, estão justificando a consideração, por parte do governo, de “estímulos” setoriais, aparentemente distribuídos de acordo com o poder de pressão política de cada setor. Noticiou a imprensa que, em reunião recente entre o governo – representado pelo secretário de Política Econômica e pelo presidente do BNDES – e dirigentes da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), teria sido seriamente considerado um regime para a indústria de equipamentos de telecomunicações com algumas das características do dadivoso regime automotivo. Seria promovido um “realinhamento” tarifário, aumentando as tarifas de equipamentos de

telecomunicação e diminuindo as tarifas sobre componentes, isto é, aumentando a tarifa efetiva que protege os produtores de bens finais. A justificativa parece ser a de que estaria havendo desestímulo à produção doméstica de bens finais, em vista da penalização do preço dos insumos combinada com a exposição dos bens finais à competição com as importações. O argumento seria razoável se esses bens finais já fossem produzidos no País. O que se pretende com o novo regime para a indústria de equipamentos de telecomunicação é estimular a produção de equipamentos que atualmente não são produzidos no País. Não cabe nenhum argumento de defesa de empregos. Trata-se simplesmente de aumentar a produção de um setor notoriamente ineficiente que é protegido pelos mais altos níveis da tarifa externa comum (TEC) do Mercosul.

O espírito que serve de pano de fundo às medidas parece ter sido bem sintetizado por um diretor da Abinee que, segundo a imprensa, estaria dando “graças a Deus” pelo déficit comercial de 1996, pois isso permitiria extrair concessões do governo. Não parece justificável que o governo premie o oportunismo, distribuindo benesses que não têm justificativa econômica, baseado em ideias erradas, tais como a busca do equilíbrio da balança comercial setorial. Enquanto as economias responsáveis por 92% do comércio mundial de bens relacionados à tecnologia de informação se comprometem, na Organização Mundial do Comércio, a abolir em dois anos e meio as suas tarifas, o Brasil não apenas decidiu manter a TEC em muitos casos acima de 30%, mas poderá estimular a produção doméstica ineficiente de equipamentos hoje importados com isenção. As medidas propostas tornariam o custo dos investimentos em telecomunicações no Brasil mais elevados do que na maioria dos demais países e teria implicações sobre o custo dos serviços de telecomunicação. O governo deve ser coerente, e não se lembrar do “custo Brasil” só de vez em quando.

A capitulação ante o lobby de produtores de equipamentos de telecomunicações seria lamentável por seus efeitos diretos e como demonstração de que o governo ainda é amador na arte de dizer não, mesmo em nome do interesse coletivo. Cada artimanha bem-sucedida na ordenha de favores oficiais desgasta a credibilidade do governo quanto ao seu compromisso com políticas que respeitem os critérios essenciais de eficiência e equidade. O governo precisa finalmente começar a acreditar que austeridade, desde que bem distribuída, além de ser boa política para o País, pode até dar votos.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.